

ACM elogia parlamentares e critica o Judiciário

O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, criticou ontem o Poder Judiciário por não agir como o Legislativo, "que está cumprindo os seus deveres em relação à corrupção". Ele lamentou que os processos contra os corruptos na Justiça continuem demorando e sem ser julgados, apurou Maria José Quadros, deste jornal.

FLEURY

O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), acha que o fim da CPI do Orçamento e da revisão constitucional, provocará, a partir de março próximo, alterações no atual quadro político-eleitoral, segundo Sérgio Leopoldo Rodrigues, deste jornal.

ITAMAR

A rotina do presidente Itamar Franco, no dia da vota-

ção do relatório final da CPI do Orçamento, não foi alterada. O presidente não chegou nem mesmo a assistir pela televisão à longa sessão de votação, sendo informado por seus assessores de imprensa sobre o que estava se passando no Congresso. O líder do governo no Senado, senador Pedro Simon, foi ao Palácio do Planalto e fez um relato a Itamar sobre o dia no Congresso. O presidente resolveu não comentar as decisões tomadas pela CPI, apurou Mariana Monteiro, deste jornal.

(PSDB-SP), líder do partido na Câmara: as votações ainda nem começaram e têm de terminar até 15 de março, cobrindo todos os capítulos da Constituição. "Realizaremos um empenho em favor do início da revisão, mas a CPI ainda vai ocupar o cenário", prevê Serra.

A semana, recorda o líder do PSDB, traz três temas à agenda dos parlamentares: a votação do plano econômico, o começo das votações da revisão e a criação de novas comissões parlamentares de inquérito. "Precisamos decidir se 'cepeízamos' ou não o País", diz Serra. O senador Pedro Simon (PMDB-RS), líder do governo, sustenta que o Congresso deveria dar prioridade à criação da CPI das Empreiteiras. "Já pegamos o governo e o Congresso, agora precisamos pegar o corruptor, para que todo esse trabalho não seja em vão", disse Simon. O senador qualificou de competente a escolha pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) dos temas iniciais da revisão constitucional - como o mandato presidencial e o voto obrigatório, mas não acredita que eles sejam capazes de aglutinar os parlamentares durante esta semana. Ele prevê que apenas as medidas provisórias que compõem o plano de estabilização possam furar o bloqueio das discussões pós-CPI.

"O processo da CPI não se esgotou", concorda o deputado José Fortunati (PT-RS), líder do partido na Câmara. Ele também aposta na votação das medidas do plano, porque algumas delas vencem ao final do mês e não podem ser reeditadas, como as que alteram as alíquotas do Imposto de Renda, sob pena de ferir o princípio da anualidade.

Fortunati acredita que o Congresso ainda vá demorar algumas semanas para recuperar o seu ritmo normal de trabalho. "Existe grande expectativa de que a punição aos corruptos não seja colocada em segundo plano pela revisão constitucional", observa o líder do PT.